



BOLETIM OFICIAL

S U P L E M E N T O

ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n° 71/2022:

Aprova a Declaração de Situação de Emergência Económica e Social, derivada da guerra na Ucrânia.....2

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 71/2022

de 20 de junho

Cabo Verde é Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento bastante vulnerável aos choques externos e a catástrofes naturais. O País é fortemente sensível ao setor externo, mormente nos domínios de turismo, remessas de emigrantes, transportes internacionais, importações de produtos e financiamento do desenvolvimento. Quando se registam alterações substanciais nesses domínios, quando se registam choques, o País sente os impactos económicos e sociais.

Cabo Verde enfrenta, atualmente, os maiores choques externos de sempre: seca severa prolongada (desde 2016), pandemia da COVID-19 e a Guerra iniciada em fevereiro último com a invasão russa à Ucrânia.

Os cinco anos sucessivos de seca que o país vem enfrentando causaram uma forte redução da produção agropecuária e do rendimento das famílias, especialmente no meio rural, contribuindo também para a deterioração da segurança alimentar e nutricional das famílias cabo-verdianas e para a redução da disponibilidade da água para o abastecimento público e para a agricultura irrigada.

A pandemia da COVID-19 provocou uma forte contração económica em 2020 (- 14,8%). Desconstruiu uma tendência de crescimento económico robusto de 5% que se registava de 2017 a 2019, em contexto de baixa inflação, baixo défice orçamental, redução do desemprego e da pobreza. Attingiu fortemente o turismo, fez disparar o défice orçamental para 10% do PIB e o rácio da dívida pública para 155,6% do PIB.

Para mitigar os impactos da pandemia, o Governo adotou fortes medidas de proteção sanitária, proteção do emprego, do rendimento e das empresas. Um forte programa de recuperação económica foi lançado no primeiro trimestre deste ano com importantes estímulos e incentivos ao setor privado.

Todas estas medidas exigiram um elevado esforço financeiro excecional e imediato para evitar os colapsos sanitário, económico e social do país e ao mesmo tempo investir na recuperação e na resiliência. Contaram com boas parcerias nacionais e internacionais e com a entrega abnegada dos cabo-verdianos, das empresas, das organizações da sociedade civil e das famílias. Em contexto de crises graves, a confiança externa em Cabo Verde manteve-se intacta, a qualidade da sua democracia, a boa governação, baixos riscos políticos, sociais e reputacionais, boas condições para o turismo e para investimentos.

A guerra na Ucrânia está a impor ao mundo um choque humanitário, económico e social dramático.

Cabo Verde depende da importação da maior parte dos bens alimentares que consome, assim como dos fatores de produção. A escalada de preços desses produtos, provocada pela guerra na Ucrânia, está impactando, fortemente, o consumo a nível nacional e, por esta via, a segurança alimentar e nutricional da população, com forte repercussão no aumento da pobreza.

A inflação deverá acelerar de 1,9% em 2021 para 7,9% em 2022, afetando o poder de compra dos agentes económicos, sobretudo dos mais vulneráveis, diminuindo o poder de compra dos alimentos básicos.

Devido a pressão inflacionista externa, o país está perante a deterioração da situação de segurança alimentar e nutricional. Devido a conjuntura atual, 9% da população cabo-verdiana encontra-se em situação de crise alimentar, quando, em 2020, os dados apontavam para 2% da população.

Com o início da guerra, o preço do barril de Brent, que em janeiro estava a USD 85,5 (oitenta e cinco dólares e cinquenta cêntimos), chegou a atingir os USD 122 (cento e vinte e dois dólares) em maio. Com este choque petrolífero, o país é confrontado com um aumento brutal e significativo dos preços. A valorização do dólar verificada no momento, amplifica os choques nos preços dos combustíveis.

O aumento acentuado dos preços da energia e das matérias-primas, aliada ao enfraquecimento das perspetivas de crescimento para a zona euro deverão reduzir o crescimento de Cabo Verde, enfraquecer a posição orçamental e provocar uma deterioração significativa das contas externas.

Para mitigar os efeitos da crise inflacionista nos produtos alimentares e de energia, o Governo adotou um conjunto de medidas no sistema alimentar, designadamente com a estabilização de preços do milho, farinha de trigo, trigo a granel, óleo alimentar; reforço alimentar nas cantinas escolares; assistência alimentar a famílias em situação de crise alimentar, programa de trabalho público e bonificação de ração animal. Na energia, medidas foram adotadas para a estabilização de preços de eletricidade, do gás butano, da gasolina e do gasóleo. O mecanismo automático de atualização de preços pela regulação foi suspenso. O Estado passou a compensar parte do diferencial dos preços, limitando os efeitos negativos na economia e nas famílias.

Medidas de proteção social pelo rendimento, dirigidas à população mais pobre e vulnerável estão em curso para alargar a cobertura da pensão social a idosos do regime não contributivo e alargar o número de beneficiários do Rendimento Social de Inclusão.

O custo total para a implementação das medidas de mitigação dos efeitos das crises alimentar e energética é de 8,9 milhões de contos até o final deste ano de 2022. Cerca de 50% deste valor é destinado à estabilização dos preços de produtos alimentares, de combustíveis e de eletricidade.

A situação é crítica a nível internacional. Mais de 263 milhões de pessoas no mundo estão em risco de pobreza extrema e muitos em situação de fome, particularmente em África.

A situação é de emergência económica, social e humanitária em vários países do mundo, particularmente os países menos desenvolvidos.

Cabo Verde sente os fortes impactos na inflação, na deterioração do poder de compra das famílias, na segurança alimentar, nas contas externas e nas perspetivas de crescimento económico.

Estas são as razões para declarar situação de emergência social e económica em Cabo Verde derivada dos impactos da Guerra na Ucrânia.

Situação excecional exige respostas excecionais. Incertezas existem quanto à evolução da guerra na Ucrânia e seus impactos globais.

Confrontado com efeitos de tripla crise – seca, pandemia e guerra – o país não tem condições de acomodar e financiar as medidas de mitigação e de proteção sem suporte dos parceiros de desenvolvimento e das instituições financeiras internacionais.

Ações têm sido desenvolvidas e vão ser intensificadas junto dos parceiros de Cabo Verde. A declaração da situação de emergência social e económica vai permitir acionar junto dos parceiros, instrumentos e mecanismos ajustados às respostas de emergência e mobilizar recursos para o efeito.

Para além da gestão das emergências, o Governo está empenhado e tem em execução uma estratégia de redução da vulnerabilidades e aumento da resiliência que passa pela aceleração da transição energética e melhoria da eficiência energética, pelo reforço donexo água energia para a agricultura e pela transformação digital.

Nesta conformidade, e face à situação acima descrita, torna-se imperativo aprovar a Declaração de Situação de Emergência Económica e Social, na qual estão vertidos dados gráficos e estatísticos, bem como medidas estruturantes e informações cruciais à compreensão da presente medida.

Assim,

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução.

Artigo 1º

Declaração de Situação de Emergência Económica e Social

É aprovada a Declaração de Situação de Emergência Económica e Social, derivada da guerra na Ucrânia, publicada em anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 16 de junho de 2022. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

ANEXO I

(A que se refere o artigo 1º)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA ECONÓMICA E SOCIAL, DERIVADA DA GUERRA NA UCRÂNIA

1. IMPACTOS MUNDIAIS

Depois de sinais de recuperação da economia mundial em 2021, os efeitos da guerra na Ucrânia fazem desacelerar o crescimento global, em 2022, para cerca de 3% (1,5 ponto percentual mais fraco do que o projetado nas Perspetivas Económicas da OCDE de dezembro de 2021), sem perspetivas de melhoria em 2023, devido às pressões inflacionistas que estão a provocar escalada de preços dos produtos energéticos, alimentares e das matérias primas, para além da disrupção das cadeias de fornecimentos e dos impactos da valorização do dólar e do aumento das taxas de juro.

A Rússia e a Ucrânia respondem por cerca de 30% das exportações globais de trigo, 20% para milho, fertilizantes minerais e gás natural e 11% para petróleo. Os preços dessas *commodities* aumentaram acentuadamente após o início da guerra. Estes aumentos dos preços afetam o poder de compra das famílias seja nos EUA, na Europa, na China e afetam de forma particularmente grave os rendimentos das famílias dos países mais pobres, colocando em risco a segurança alimentar. Mais de 263 milhões de pessoas no mundo estão em risco de pobreza extrema e muitos em situação de fome, particularmente em África. Uma autêntica crise humanitária.

A inflação de preços ao consumidor nas economias do G20 está projetada para atingir um pico de 7,6% em 2022, invertendo bruscamente uma série longa de baixa inflação.

Na zona euro, com a qual Cabo Verde tem a maior intensidade de relações económicas e de parceria para o desenvolvimento, o crescimento do PIB deverá desacelerar de 5,3% em 2021 para 2,6% em 2022 e 1,6% em 2023. A inflação principal deverá atingir 7% em 2022 e 4,6% em 2023. Esta desaceleração do crescimento económico e agravamento da inflação na zona euro, tem repercussões negativas em Cabo Verde.

As incertezas ainda quanto à evolução da pandemia da COVID 19 e as desigualdades inerentes (apenas 17,3% dos Africanos têm a segunda dose da vacina) e quanto aos efeitos da guerra na Ucrânia expõem de forma particularmente grave os países menos desenvolvidos.

2.IMPACTOS DA SECA SEVERA EM CABO VERDE

Os 5 anos sucessivos de seca que o país vem enfrentando causaram uma forte redução da produção agropecuária e do rendimento das famílias, especialmente no meio rural, contribuindo também para a deterioração da segurança alimentar e nutricional das famílias cabo-verdianas e para a redução da disponibilidade da água para o abastecimento público e para a agricultura irrigada.

Para fazer face aos efeitos das secas, o Governo tem implementado desde 2017 programas de mitigação que para além de respostas imediatas de emergência ao nível da mobilização da água¹, alimentação de animais de produção e promoção de emprego público, investe no aumento da resiliência, nomeadamente na mobilização da água dessalinizada para consumo humano e para a agricultura, massificação da rega gota-a-gota, reforço do nexo água-energia renovável para a agricultura.

A pandemia da COVID 19 e a guerra na Ucrânia vieram somar, com efeitos multiplicadores graves, os efeitos das secas severas (as piores dos últimos 37 anos), exigindo recursos excecionais para a mitigação e proteção dos rendimentos das famílias, particularmente das zonas rurais.

3. IMPACTOS DA PANDEMIA

Cabo Verde é dos 15 países do Mundo mais impactado pelas crises económica e social provocadas pela pandemia da COVID 19. A pandemia da COVID 19 fez a economia, que fechou 2019 com um crescimento de 5,7%, cair para -14,8% em 2020, com impactos negativos no emprego e na pobreza.

Os setores do turismo e dos transportes foram fortemente atingidos. As receitas do turismo caíram 78% em 2020. O país passou a ter um défice orçamental de 10% do PIB e o rácio da dívida pública aumentou para 155,6% do PIB.

Para mitigar os efeitos da crise pandémica, o Governo concebeu, implementou e financiou medidas de proteção sanitária, do emprego, das empresas e dos rendimentos. Investimentos emergenciais no sistema nacional de saúde para responder às exigências do combate à COVID 19 (laboratórios, materiais de proteção, testes, reforço de recursos humanos), linhas de crédito com garantia, moratórias de créditos, fiscais e de apólices de seguros, lay off simplificado, flexibilização condições de acesso ao subsídio desemprego, concessão de incentivos para a certificação e selo de segurança sanitária para os operadores económicos do setor do turismo, atribuição de rendimento solidário e de rendimento social de inclusão emergencial, assistência alimentar e estabilização de preços de cereais e de eletricidade, são exemplos de intervenções de exigiram a mobilização de avultados recursos. A vacinação atingiu níveis elevados, facto elogiado internacionalmente, o que permitiu a retoma do turismo com confiança sanitária.

¹ Secas severas levaram à declaração de situação de emergência hídrica (crise aguda de falta de água) em seis municípios de Santiago e no norte da Boavista. Para responder à emergência, foram realizados e estão em curso investimentos em dessalinizadoras para Rº da Barca em Santa Catarina e Rº da Prata no Tarrafal; reforço dessalinizadora na Praia que beneficia Rº Grande, S. Domingos e S. Lourenço dos Órgãos; reforço de distribuição de água potável fora de rede às zonas altas de Santiago; dessalinizadoras para o norte da Boavista, dessalinizadoras na localidade de Furna na Brava e no Maio. Um programa de aquisição e instalação de dessalinizadoras e de reutilização de águas residuais seguras para a irrigação na agricultura, no montante de 35 milhões de euros, está em curso.

4. IMPACTOS DA GUERRA NA UCRÂNIA

4.1. Impactos da pressão inflacionista nos produtos alimentares

Cabo Verde depende da importação da maior parte dos bens alimentares que consome, assim como dos fatores de produção. A escalada de preços desses produtos, provocada pela guerra na Ucrânia, impacta fortemente o custo das importações, o poder de compra dos alimentos básicos, o consumo a nível nacional e, por esta via, a segurança alimentar e nutricional da população, com fortes efeitos no aumento da pobreza.

O país está perante a deterioração da situação de segurança alimentar e nutricional. A última análise feita em março de 2022 e sintetizada no Quadro Harmonizado de Segurança Alimentar e Nutricional, demonstra que devido a esta conjuntura internacional, 9% da população Cabo-verdiana (30.497 pessoas, correspondendo a cerca de 7.624 famílias) encontra-se na fase 3 (população em situação de crise alimentar), quando, em 2020, os dados apontavam para 2% da população (10.995 pessoas) nesta situação. A mesma análise indica que, se medidas mitigadoras não forem tomadas, a situação irá agravar-se, projetando-se, para o mês de agosto/2022, 11% da população na fase de crise alimentar (46.000 pessoas).

Desde março do corrente ano, o Governo adotou um conjunto de medidas para mitigar os efeitos da transmissão da inflação importada aos consumidores e às empresas, o que poderia agravar ainda mais a situação já de si depauperada pela seca e pela pandemia:

- estabilização de preços de combustíveis, do trigo, milho e óleos alimentares;
- reforço da capacidade de *stockagem* de cereais a granel;
- extensão do período de oferta de refeições nas escolas;
- aumento de bonificação de alimento para animais de produção;
- incentivos aos importadores na realização de compras agrupadas;
- reforço de ações de fiscalização para evitar a açambarcamento de produtos de primeira necessidade e a especulação de preços;
- mobilização externa de ajuda alimentar;
- aumento de beneficiários do Rendimento Social de Inclusão e da Pensão Social do Regime Não Contributivo;
- linhas de crédito agrícola e à pesca semi-industrial em condições favoráveis (bonificação e garantias).

4.2. Impactos da crise energética

Com o início da guerra, o preço do barril de Brent, que em janeiro de 2022 estava a USD 85,5, chegou a atingir os USD 122 em maio. Com este choque petrolífero, o país é confrontado com um aumento brutal e significativo dos preços. A valorização do dólar verificada no momento, amplifica os choques nos preços dos combustíveis.

Cabo Verde é um país fortemente dependente da importação de combustíveis. Figura entre os 16^o e 21^o países com a energia elétrica mais cara para as empresas e as famílias, respetivamente. Quando comparado com os TOP 10 Pequenos Estados Insulares (excluindo Seychelles e São Cristóvão e Névis, por falta de dados), Cabo Verde está entre o quinto com tarifa média de energia elétrica mais caraⁱⁱ. Os efeitos da crise atual para além de atingir a capacidade contributiva do cidadão cabo-verdiano, reduz a competitividade do ambiente de negócios.

Desde outubro de 2021, o país registou um importante aumento das tarifas de eletricidade derivada da escalada dos preços de combustíveis que se foi registando nos mercados internacionais. A presente conjuntura com a guerra na Ucrânia piora significativamente a situação.

Com este choque petrolífero, o país é confrontado com um aumento brutal e significativo dos preços.

O Governo tem implementado um conjunto de medidas de mitigação:

- Redução do IVA sobre eletricidade de 15 para 8%; majoração às empresas, em 30% de custos com aquisição de água e eletricidade e aumento da tarifa social de eletricidade de 30 para 50%, medidas adotadas no quadro da proteção COVID e que ainda se mantêm;
- Desde o mês de abril deste ano vigora no país a suspensão do mecanismo automático de atualização de preços dos combustíveis e da eletricidade. Com a resolução nº 28/2022 de 25 de março, do Conselho de Ministros, o Estado passou a compensar parte do diferencial dos preços, limitando os efeitos negativos na economia e nas famílias;
- A tarifa social de eletricidade não vai ser afetada de forma a poder proteger os consumidores de menores rendimentos e enquadrados nos níveis mais baixos do Cadastro Social Único;
- Para as outras categorias de consumidores, será atribuído um desconto de até 70% do valor do aumento tarifário que resultaria dos impactos da inflação energética sobre os preços internos.

4.3. Impactos macroeconómicos

Em abril de 2022, a inflação média anual em Cabo Verde, acelerou para 4,4% (homóloga 7,6%), alcançado o valor mais alto desde dezembro de 2007. No caso dos principais produtos alimentares primeiras necessidades, os preços no mês de maio em termos homólogo sofreram aumentos expressivos, sobretudo no óleo alimentar (92%), açúcar (40%), milho (27%), arroz (21%), farinha de trigo (28%) e pão de carcaça (28%).

A inflação importada tem acelerado nos últimos 16 meses (desde janeiro de 2021, e com maior intensidade desde agosto de 2021), sobretudo nos bens.

A inflação deverá acelerar de 1,9% em 2021 para 7,9% em 2022, afetando assim o poder de compra dos agentes económicos, sobretudo dos mais vulneráveis, dado que haverá uma maior aceleração nos preços dos bens comparativamente com os dos serviços.

O aumento acentuado dos preços da energia e das matérias-primas, aliado ao enfraquecimento das perspetivas de crescimento para a zona euro deverão reduzir o crescimento de Cabo Verde, enfraquecer a posição orçamental e provocar uma deterioração significativa das contas externas. Nesse sentido, estima-se que a economia cresça 4,0%, ante uma perspetiva antes da Guerra de até 6,5%.

Na parte externa, denota-se que a deterioração dos termos de troca derivado do choque sobre os preços dos produtos importados, aliada a redução nos donativos, e o aumento no pagamento de juros da dívida externa pública, deverá agravar do défice da balança corrente, passando de 13,2 por cento do PIB em 2021 para 15,5% do PIB. As reservas externas diminuirão comparativamente a 2021, mas, deverão garantir pelo menos 5 meses de importações programadas.

ⁱⁱ Global Petrol Prices

5. CUSTO DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

As medidas sintetizam-se em:

- reforço do sistema alimentar: 3 milhões de contos;
- estabilização preços de eletricidade e aceleração da transição energética: 4,7 milhões de contos;
- estabilização dos preços de combustíveis: 700 mil contos;
- expansão do número de beneficiários da pensão social: 342 mil contos;
- alargamento do número de beneficiários do RSI: 170 mil contos.

Medidas	Impacto Global Anual
Medidas no Sistema Alimentar	2,991,527,602
Bonificação da Ração Animal	109,504,032
Manutenção níveis de preços: Compensação 4 PAPN - Cenário moderado	545,604,980
Milho	252,468,952
Farinha de trigo	165,072,952
Trigo a granel	22,299,536
Óleo Alimentar	105,763,540
Alimentação Escolar	330,559,454
Reforço da Comunicação	25,000,000
Aumento da Capacidade Estocagem	35,000,000
Assistência Alimentar a 5% da População em crise alimentar (Fase 3 QH)	97,292,958
Programa de Trabalho Público "Cash for Work" para 95% em crise alimentar (Fase 3 QH)	1,848,566,178
Eletricidade	4,695,000,000
Eletricidade (Défice até junho de 2022)	2,195,000,000
Eletricidade (Défice de julho a dezembro de 2022)	1,300,000,000
Aceleração de Transição energético	1,200,000,000
Estabilização dos preços de combustíveis	700,000,000
Gaz Butano (garantir que o aumento do preço seja zero comparativamente a janeiro 2022)	100,000,000
Combustível geral em caso de aumento de mais de 5%	600,000,000
Pensão social: Alargamento da cobertura para mais 3 mil beneficiários	342,000,000
RSI: neste momento têm 5 mil beneficiários, sendo 4.500 com financiamento do BM	170,000,000
TOTAL	8,898,527,602

Das medidas, consta a aceleração da transição energética com impacto de curto prazo. Passa pela aquisição em regime de urgência de 10 MW de capacidade solar fotovoltaico, reposição de capacidade produtiva dos parques solares de Santa Maria, na ilha do Sal, Palmarejo na ilha de Santiago, reforço dos incentivos para a microprodução renovável e melhoria da eficiência energética no consumo ao nível das empresas e das famílias.

Em adição às medidas para conter os efeitos do aumento dos preços, vai-se priorizar medidas decisivas para reduzir as perdas na distribuição de eletricidade e criar mais resiliência no setor energético. Primeiro, foco nas medidas tecnológicas e de gestão comercial, com apostas na massificação da utilização de contadores inteligentes, introdução de melhorias o controle do ciclo de faturação e cobrança da energia consumida. Segundo, aposta no reforço da fiscalização, incluindo uma maior intervenção tanto do IGAE como da Polícia Nacional, no suporte das

ações levadas a cabo pelas concessionárias. Terceiro, articulação com as autoridades judiciais no sentido de acelerar a tramitação dos processos relacionados com o roubo de energia. Por último, o reforço de ações de comunicação e sensibilização da população sobre os riscos de segurança e os impactos negativos do furto e fraude de energia elétrica.

O custo total para a implementação das medidas de mitigação dos efeitos das crises alimentar e energética é de 8,9 milhões de contos até o final deste ano de 2022. É um valor elevado para fazer face a uma situação excepcional de emergência. Parte das medidas estão a ser implementadas, mas demandam avultados recursos para assegurar-las até o final do ano e introduzir novas medidas. É neste contexto que se justifica a demanda de uma assistência emergencial e excepcional a Cabo Verde, para fazer face a esta situação deteriorada de insegurança alimentar e da escalada de preços de produtos petrolíferos.

6. MEDIDAS ESTRUTURANTES

Em contexto de crises, o Governo tem atuado na gestão das contingências e das emergências e ao mesmo tempo na realização de reformas, políticas e investimentos para recuperar e relançar a economia, aumentar a resiliência e diversificar a economia.

Antes do eclodir da guerra na Ucrânia, o Governo tinha em implementação um programa de retoma económica pós pandemia com fortes incentivos, estímulos e oportunidades de investimento ao setor privado. A dinâmica do investimento privado nacional e estrangeiro e do empreendedorismo continua forte. Um programa de eliminação da pobreza extrema e redução da pobreza absoluta está em execução.

O desenvolvimento do capital humano, a qualidade de prestação de serviços de saúde, a aceleração da transição energética, o compromisso climático e ambiental, a viabilização de agricultura inteligente e produtiva, a transformação digital e o reforço das conectividades são prioridades para o aumento da resiliência do país, aumento da eficiência, da produtividade e do potencial de crescimento da economia.

A médio prazo, o Governo tem em implementação um Plano Diretor do Setor Elétrico que estabelece metas ambiciosas, mas realistas, baseadas no roteiro de menor custo para atingir, até 2025, 30% de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, solar e eólica, exceder os 50% em 2030 e atingir, até 2040, 100% de penetração renovável. Ambição idêntica para a mobilidade elétrica; substituir, até 2026, 25% da frota nacional por veículos elétricos e atingir em 2040, 100% de mobilidade elétrica. Visam reduzir a dependência do país dos combustíveis fósseis, reduzir a fatura energética e contribuir para a redução da emissão do carbono.

A estratégia da água para agricultura associada às energias renováveis, a aplicação da investigação agrária produzida pelo INIDA, a transformação digital, a qualificação e o empreendedorismo jovem na agricultura visam viabilizar e modernizar a agricultura para aumentar a capacidade de produção nacional e a contribuição para a segurança alimentar, sem prejuízo de Cabo Verde continuar a ser importador de uma parte substancial dos produtos agroalimentares.

O desenvolvimento das pescas, melhoria da sua produtividade e modernização no quadro da sustentabilidade da gestão dos recursos, é uma prioridade para a melhoria da segurança alimentar.

O turismo, associado ao *hub* aéreo e à cultura e indústrias criativas, a economia azul e a economia digital são setores que impulsionarão o crescimento económico, o emprego e a diversificação da economia do país no futuro próximo.

Um programa com o FMI foi aprovado no dia 15 de junho deste ano. O arranjo ECF - *Extendend Credit Facility* tem quatro objetivos principais que estão alinhados com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) do Governo. Primeiro, fortalecer as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública e expandir as redes de segurança social. Em segundo lugar, reduzir os riscos fiscais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira e transparência. Terceiro, modernizar o quadro de política monetária e melhorar a resiliência do sistema financeiro. Quarto, aumentar o potencial de crescimento e construir resiliência a choques por meio de reformas estruturais e diversificação económica.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 16 de junho de 2022. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.



I SÉRIE BOLETIM OFICIAL

Registo legal, n^o 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28^o e 29^o do Decreto-lei n^o 8/2011, de 31 de Janeiro.